Jornal do Professor

Adufg SINDICATO

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS – ANO III– Nº 28 – DEZEMBRO DE 2015

EDITORIAL

Combate ao assédio

As relações de poder nos ambientes de trabalho são uma preocupação constante dentro e fora dos limites da universidade. Uma pesquisa de fôlego realizada por cerca de 40 pessoas, sob a coordenação-geral de Dijaci David de Oliveira, diretor da Faculdade de Ciências Sociais (FCS), com o envolvimento do Núcleo de Estudos sobre Criminalidade e Violência (Necrivi- FCS) e do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos (NDH), ligado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PRPI), e da Adufg Sindicato, apontou o assédio moral como uma das principais formas de violência dentro da UFG.

O **JP** publica, a esse propósito, uma entrevista com o professor José Roberto Heloani, um dos maiores especialistas em assédio moral do país. Para Heloani, da Unicamp, a ênfase na competição e na avaliação quantitativa corrói a solidariedade nos ambientes de trabalho. "Você assedia para tirar o outro do seu caminho, porque o outro incomoda", afirma.

Nós, enquanto sindicato, sabemos de nossas limitações, tanto administrativas quanto políticas. Mas temos plena consciência da importância do nosso papel na coletividade da vida docente. Somos, os sindicatos e associações, como nos diz o professor Heloani, a única possibilidade de oposição a esse projeto hegemônico de universidade que só nos distancia uns dos outros, e que cria as condições para o assédio.

Além dos quase 20 eventos realizados pela Adufg Sindicato em 2015 – dentre festas, confraternizações, apresentações, exposições e lançamentos –, nosso Espaço Saúde teve uma média de quase 400 atendimenos por mês em Pilates, RPG, Nutrição e Fonoaudiologia.

Também realizamos mais de 15 assembleias, dentre ordinárias e extraordinárias, e consultas eletrônicas. Algumas, como as que deliberaram sobre a greve, com uma participação presencial expressiva, que chegou a quase 600 professores.

Acreditamos ter deixado uma boa marca, mas que precisa crescer em 2016, com mais obras e mais oferta de serviços aos filiados. É o projeto desta 18ª diretoria, sob comando do professor Flávio Alves da Silva.

Desejamos um ótimo Natal e um Ano Novo de debates e superações, mas repleto de ações de solidariedade entre nós.

Contato com a redação

(62) 3202-1280

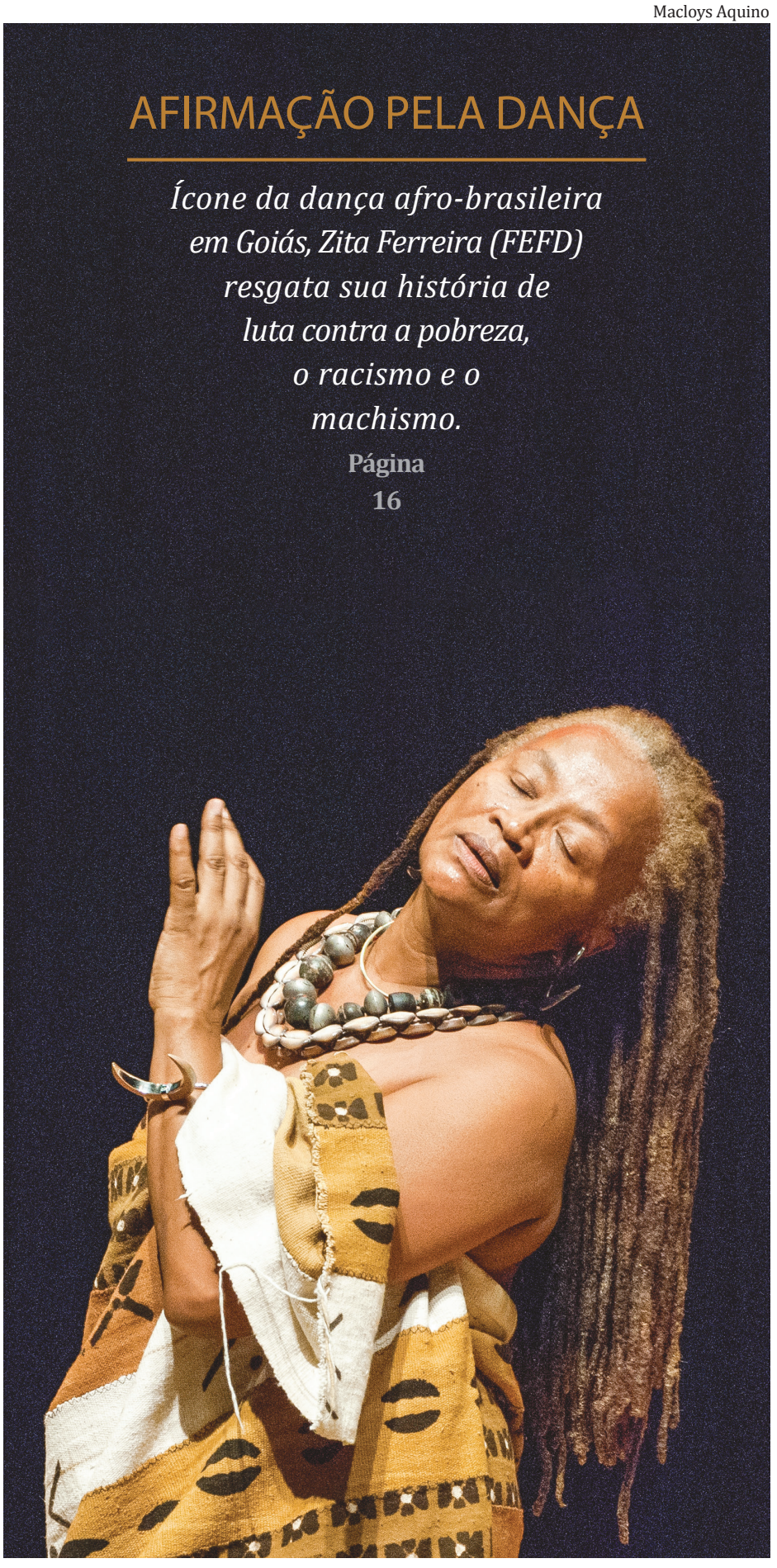
jornaldoprofessor@adufg.org.br

Sindicato como saída para o individualismo

Uma universidade que privilegia resultados numéricos gera mais competição que laços de solidariedade, o que pode deteriorar relações entre docentes. Professor da Unicamp, Roberto Heloani fala sobre o papel do sindicato na luta contra o assédio moral.

Páginas 8 e 9

Macloys Aquino



AFIRMAÇÃO PELA DANÇA

Ícone da dança afro-brasileira em Goiás, Zita Ferreira (FEFD) resgata sua história de luta contra a pobreza, o racismo e o machismo.

Página 16

18ª DIRETORIA

A gestão da diferença

Flávio Alves da Silva faz balanço da administração da Adufg Sindicato neste um ano e meio de gestão da 18ª diretoria.

Página 12 e 13

CARREIRA

CPPD esclarece promoções

Quadro explica regras sobre promoção e progressão na carreira docente na UFG.

Página 10

Prêmio Jabuti fortalece UFG

Página 11

Carta sindical: efeitos jurídicos

Opinião, página 2

Adufg pode representar IFs

Respingos, página 5

Rodrigo Guedes Casali*

Implicações jurídicas do registro sindical para o movimento docente

O artigo da Constituição que trata do direito de sindicalização dos servidores públicos é o art. 37, VI[1] , e ele garante aos servidores públicos civis a livre sindicalização sem qualquer restrição.

Se o registro sindical tem como principal função zelar pela regra da unicidade sindical[2] e, como vimos acima, a Constituição não impôs aos servidores públicos a limitação da unicidade, teoricamente o registro sindical seria dispensável para os sindicados dos docentes de professores das IFES.

A questão é polêmica e o Poder Judiciário se dividiu em dois posicionamentos que iremos expor a partir de agora.

Antes de mais nada é importante destacar que independente do posicionamento, ter o registro sindical sempre ajuda a entidade de classe, tanto nas questões das ações coletivas, quanto nos diálogos com o Poder Público. Ter o registro sindical junto ao Ministério do Trabalho afasta qualquer polêmica, ou seja, a celeuma sempre existirá nas hipóteses em que a entidade não tem o registro.

Vamos tratar inicialmente das ações judiciais coletivas.

O Poder Judiciário firmou o entendimento de que, por força do art. 8º, III, da Constituição da República, as entidades sindicais que possuem registro sindical não mais necessitam realizar assembleias prévias e juntar listas de associados para ingressar com as demandas coletivas.

No que se refere às entidades sem registro existem dois posicionamentos.

1º) Essa é a posição dominante: As entidades de classe de docentes sem registro sindical podem sim ingressar com ações coletivas, desde que realizem previamente uma assembleia com os professores, bem como juntem com demanda a lista com os nomes dos sócios.

2º) Pelo segundo posicionamento (minoritário) é possível ingressar com a ação coletiva sem a realização de assembleia prévia, desde que haja cláusula expressa no estatuto da entidade dispondo que é dever/poder da entidade representar os seus sócios em juízo.

Uma outra vantagem para a entidade de classe docente que tem registro sindical é que a sua ação coletiva gerará efeitos para toda a categoria de professores dentro da base territorial do sindicato, ao passo que a demanda coletiva da entidade sem registro sindical gerará efeitos para os seus sócios, conforme lista de associados juntada com a ação.

Agora vamos ver se existe negociação coletiva, como conhecemos nos moldes tradicionais, no serviço público.

PRINCÍPIOS E REGRAS DE DIREITO CONSTITUCIONAL

O artigo 169 da Constituição foi modificado pela Emenda Constitucional nº 19 de 1998 e estabeleceu os requisitos para criar os cargos públicos e regras para remuneração dos agentes:

1º) Prévia dotação orçamentária assaz para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

2ª) Permissão específica na lei de diretrizes orçamentárias (LDO), com exceção das empresas públicas e as sociedades de economia mista.

Assim, os gastos com pessoal da União somente podem ser criados ou modificados através de autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias e prévia dotação orçamentária.

Fora isso, é vedado que se excedam os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. Esse entendimento resulta das regras previstas nos artigos 37, caput, incisos X, XI, XII e XIII, 39, §1º, 61, §1º, inciso II, alínea a, e 169, caput e §1º, incisos I e II, todos da Constituição de 1988, bem como dos preceitos prescritos na Lei Complementar nº 101/2001 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Além do limite de gastos com pessoal da Administração Pública, disciplinado pelo artigo 19 da Lei Complementar nº 101/2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal ainda determina os percentuais limítrofes de repartição entre os Poderes, conforme prescreve o artigo 20.

O teto remuneratório prescrito pelo artigo 37, XI, da Constituição deve ser observado tanto pelos servidores estatutários quanto pelos empregados públicos, bem como por todos os agentes que desempenham funções públicas, estendendo-se, inclusive, aos inativos.

PRINCÍPIO DA RESERVA LEGAL

O princípio da reserva legal determina que a concessão de qualquer vantagem, benefício ou reajuste aos servidores públicos somente pode ocorrer através de autorização legislativa. Compete privativamente aos órgãos de cúpula de cada um dos Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) a apresentação de propostas de lei que versam sobre a carreira e remuneração dos servidores públicos. Constituem órgãos de cúpula: a) Poder Executivo: Presidente da República, Governadores e Prefeitos; b) Poder Legislativo: Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais; c) Poder Judiciário: Tribunais Superiores)[3].

Referido princípio mitiga sobremaneira a possibilidade de negociação coletiva não somente no setor público federal, mas em todas as esferas, posto que a reserva legal para se conceder alguma vantagem, benefício ou reajuste aos servidores públicos estatutários faz com que as mudanças que se chegue a obter pela via negociada somente possam ser implementadas com a publicação da lei formal, principalmente no que se refere à remuneração (subsídios, vencimentos e demais vantagens pecuniárias).

DIÁLOGO BIPARTITE: DECRETO Nº 7.674/2012

No Poder Público a "negociação coletiva" esbarra na Legalidade (depende de Lei).

Dessa maneira, qualquer ato, como, por exemplo, um acordo, termo de acordo, ajustes, termo de ajuste, termo de compromisso, celebrado entre trabalhadores e Administração Pública é algo informal, pois se a casa legislativa não aprovar o texto, não ensejará efeito algum.

No serviço público temos como pano de fundo o princípio da legalidade.

Dessa forma, para organizar o procedimento, a Presidência da República, no dia 20 de janeiro de 2012, editou o Decreto nº 7.674 que dispõe sobre o subsistema de relações de trabalho no serviço público federal.

Em nenhum momento o Decreto coloca como requisito para participar do diálogo que a entidade seja necessariamente um sindicato. Muito pelo contrário.

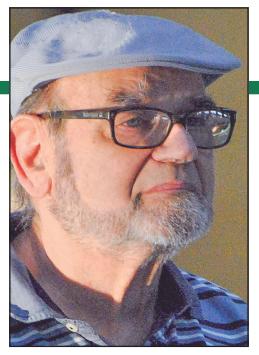
Mas, apesar de todas esse arcabouço jurídico acima descrito existem decisões judiciais em sentido contrário e que determinam que apenas as entidades com registro sindical podem dialogar com o Poder Público.

Na verdade essas decisões acabam, muitas das vezes, por prejudicar, os maiores interessados, que são os próprios docentes, pois quanto mais se limita os interlocutores menor o poder de negociação.

Portanto, uma coisa é certa, o fato da entidade possuir registro sindical sempre ajudará na defesa dos interesses do movimento docente, pois, em tese, a atuação da entidade de classe independerá de interpretação do Poder Judiciário.

[1] VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;
[2] A regra da unicidade sindical, prevista no art. 8º, II, da Constituição da República, estabelece que somente pode haver um sindicato representante de uma determinada categoria profissional, em uma mesma base territorial. Importante ressaltar que a base territorial mínima corresponde a um município.
[3] ROCHA, Carmen Lúcia Antunes. Princípios constitucionais dos servidores públicos. São Paulo: Saraiva, 1999, p. 352.

** Mestre em Direito Político e Econômico e Especialista em Direito e Processo do Trabalho pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Advogado.*



*Peter Fischer**

Capital intelectual do aposentado

O que é o capital intelectual? É o conjunto consciente de todos os conhecimentos e vivências de um ser humano. Todos os conhecimentos adquiridos na aprendizagem formal ou informal desde que representados por um enfoque original e o uso desses conhecimentos, seu aperfeiçoamento, análise e crítica no cotidiano de atividades profissionais e particulares constituem o capital intelectual. Ele é único para cada indivíduo e, embora os conhecimentos possam ser partilhados com outrem, ele sempre pertencerá ao seu proprietário.

Como qualquer capital, ele é fonte do fazer e do poder; podendo ser usado ou alugado visando lucro ou prazer ou ambos; o capital intelectual é amoral, pois serve ao seu proprietário tanto no bem como no mal. Ideologicamente ele é liberal, sem sujeição ao coletivo. Livre pensar é só pensar (Millôr Fernandes). A sua independência deve-se a sua invisibilidade manifestando-se onde e como seu proprietário ordenar.

A capacidade de acumular capital intelectual depende de fatores genéticos e ambientais. A genialidade é um fato de distribuição randômica, entretanto a sua manifestação e desenvolvimento muito dependem das condições do meio. Mesmo sendo a alavanca que move o mundo, ele é extremamente volátil, bastando cinco a sete minutos de falta de oxigênio para desaparecer definitivamente. Ele não sobrevive ao seu dono, mas pode, sob condições patológicas, desaparecer antes da morte deste.

O capital intelectual garante a imortalidade se a definirmos como presença entre os vivos após a morte: serão imortais os que forem lembrados. A morte é o esquecimento. A imortalidade, pela ação do intelecto, não é uma recompensa, mas a consequência de seu uso. Shakesperare, Gothe, Mozart, Madre Tereza de Calcutá, Hitler, Stalin, Genjis Khan e outros nunca serão esquecidos pois não há moralidade nessa imortalidade.

As Ifes têm, por função, a maior concentração de capital intelectual e percebe-se que ele não é tratado e manejado com a devida atenção. O fazer do professor é um contínuo aumentar do seu capital intelectual, ou deveria ser. O currículo de um professor é uma pálida tentativa de qualificação intelectual onde a preocupação é mais quantitativa que qualitativa.

A individualidade do capital intelectual pode ser a origem do individualismo porque, no fazer coletivo, existe a contiguidade, mas não a continuidade. É esse o ponto nevrálgico quando a "luta sindical" ou o "movimento docente" não encontram massa crítica, pois a individualidade dificilmente se submete ao coletivo.

A aposentadoria geralmente ocorre com a pessoa na posse integral de seus conhecimentos e é uma mudança administrativa com repercussão muito profunda no viver e no fazer do indivíduo.

A definição do dicionário para a aposentadoria resume a questão de forma pragmática: "Estado de inatividade de funcionário público ou de empresa privada após certo tempo de serviço."

No dia 17 de agosto de 1993, em plena terça feira, acordei às seis da manhã, como sempre, acendi a luz, sentei e... não tinha nenhuma obrigação para cumprir. Uma sensação de vazio e de impotência misturada com um pouco de angústia me fizeram apagar a luz e deitar novamente. Assim começou a minha aposentadoria.

A aposentadoria aponta para a "inatividade" como se, a partir de um certo momento, o que era obrigatório, o trabalho, passasse a não existir mais.

Nenhuma portaria é capaz de interromper a atividade intelectual, embora possa lhe dar um novo sentido. O problema crucial da aposentadoria é a angustia de enfrentar uma nova situação. Esse é um momento difícil que cada um enfrentará sozinho e que varia desde o alívio até a depressão, mas que poderia ser minorado com a assistência do sindicato.

Atividade após aposentadoria, desde que não o sentimento de inutilidade, estará assentada sobre uma vasta experiência de vida, o capital intelectual. A vivência permanecerá inalterada e às situações novas o intelecto responderá com o saber enfrentar problemas.

Muitos aposentados optam por servir a família, assumindo um papel auxiliar e atendendo o fenômeno "jaque" (já que você não está fazendo nada...).

Outros, por necessidade ou impulsionados pela capacidade do fazer, continuam seus trabalhos habituais: quer pleiteando nova vaga em universidades, quer, como profissionais liberais, agora com mais tempo e dedicação. O trabalho voluntário leva muitos às variadas atividades em serviços sociais, inclusive no sindicato. Seria interessante estabelecer um grupo de "visitadores" para acompanhar e confortar colegas doentes ou com dificuldades de locomoção levando a eles um papo diferente e notícias. Entre nós desponta o exemplo importante de trabalho voluntário do professor Hélio Furtado do Amaral, que com a ajuda do professor Fernando Luiz Kratz tomaram a si a responsabilidade do acompanhamento dos inúmeros processos judiciais em que o sindicato ou professores reivindicam direitos.

A militância político-partidária também pode ser um dos caminhos escolhidos.

O aposentado, portanto, é um ator no palco da vida atuando no último ato desde que haja saúde para tudo isso.

Nossa proposta de focar o capital intelectual do aposentado aos 12% com instrução superior e, dentre eles, os docentes das Ifes, prende-se ao melhor conhecimento destes.

A maioria de nós, professores universitários aposentados, somos detentores de conhecimentos acumulados, teóricos e práticos, em estado de atualização recente no momento da aposentadoria. Esses conhecimentos adquiridos de forma variada é um patrimônio público/privado pois, além dos nossos esforços pessoais foi financiado pela comunidade. Somos, portanto, fiéis depositários de bens intelectuais que, por um ato legal, independentemente do seu valor intrínseco, vai para o "ralo" como substância descartável e já inútil.

É esse desperdício um fato aceitável ou será necessário discuti-lo melhor? Esse é um questionamento que se impõe num país onde faltam pessoas altamente capacitadas. Se a aposentadoria de um cortador de cana aos 45 ou 50 anos é perfeitamente justificável, pode se dizer o mesmo de um cientista em plena capacidade criativa aos 65 ou 70 anos?

A maioria dos sindicatos coloca-se numa atitude passiva diante dos aposentados: estará à disposição se por eles for procurado.

Na nossa Adufg, conseguimos fixar e tornar permanentes a atividade do Grupo Travessia e do Coral Vozes da Adufg (sem a exclusão dos professores da ativa). Temos a Exposição de Arte e Artesanato dos Professores Aposentados da UFG e o Sarau dos Professores Aposentados da UFG.

A assistência à saúde em nosso sindicato oferece serviços de nutricionista, fisioterapeuta (pilates e RPG) e fonoaudiologia, para todos os sócios. O número de aposentados que participam é ínfimo em relação ao universo de 830 a ser alcançado.

Ideias há, executá-las é que representa o grande desafio.

Interessar os aposentados para atividades coletivas tem sido o questionamento de várias gestões do nosso sindicato. Sucesso mesmo só obtivemos com a participação na mostra de filmes onde o sindicato subsidia o ingresso. Todo esse questionamento fica ainda mais dramático quando se percebe a qualidade e quantidade das capacidades intelectuais que poderiam e deveriam ser utilizadas. Há um campo imenso de conhecimentos que poderiam ser trocados ou repassados. Pequenos cursos e fazeres sobre os mais diversos assuntos poderiam preencher o tempo disponível e ajudar na melhoria da qualidade de vida.

É importante entender que a aposentadoria representa a última fase de nossas vidas e sermos úteis e tratados com dignidade devem ser objetivos a perseguir até o fim.

Reunir aposentados seria reunir lembranças, seria reunir a história institucional e pessoal dos fazeres de anos. Os erros e acertos do passado à luz de uma realidade atual; a revisão político/administrativa de dezenas de anos e sob o ponto de vista crítico dos sujeitos e objetos dessas ações.

Resumindo, há um enorme capital intelectual que poderia ser de grande utilidade para o sindicato, para a universidade, para a sociedade e, principalmente, para os detentores desse capital, os próprios aposentados.

Se o sindicato pudesse apresentar-se como solução e identificação teríamos um novo sindicalismo e se aqui o professor encontrasse confiança, franqueza e compreensão, na hora da aposentadoria traria todo seu capital intelectual para o benefício de todos.

Conhecer melhor o professor, seu perfil e seus objetivos para fazer um sindicato não como nós, os "engajados" pensamos, mas como eles, objetos e sujeitos do sindicato imaginam ou desejam.

Um novo sindicalismo poderia dizer que "um sindicato forte acolhe seus sócios, mas um sindicato verdadeiramente forte faz seus sócios se sentirem fortes."

** Professor aposentado da Escola de Veterinária e Zootecnia (EVZ-UFG)*

Adufg SINDICATO prestação de contas

Setembro de 2015

1- Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros	
1.1- Contribuição Filiados - Mensalidades	257.815,84
1.2- Ingressos, Eventos e Festas	790,00
1.3- Receita com Pró Labore Seguro de Vida	1.785,76
1.4- Receitas Financeiras Líquidas	0,00
1.5- Outras Receitas	906,00
1.6- Resgate de aplicações financeiras	0,00
Total R$	**261.297,60**

2- Custos e Despesas Operacionais	
2.1- Despesas com Pessoal	
2.1.1- Salários e Ordenados	38.455,65
2.1.2- Encargos Sociais	30.133,39
2.1.3- Seguro de Vida	400,21
2.1.4- Outras Despesas com Pessoal	202,87
2.1.5- Ginastica Laboral	550,00
2.1.6- Repasse do emprétimo de funcionários	400,05
2.1.7- Férias, 13º salário e Rescisões	0,00
2.1.8- PIS s/ Folha de Pagto.	691,87
Total R$	**70.834,04**

2.2- Serviços Prestados por Terceiros	
2.2.1- Cessão de Uso de Software	1.623,57
2.2.2- Despesas com Correios	3.104,28
2.2.3- Energia Elétrica	2.880,98
2.2.4- Honorários Advocatícios	7.926,60
2.2.5- Honorários Contábeis	2.758,00
2.2.6- Locação de Equipamentos	465,95
2.2.7- Serviços Gráficos	4.855,97
2.2.8- Honorários de Auditoria	0,00
2.2.9- Tarifas Telefônicas e Internet	2.237,64
2.2.10- Conf. de Faixas/Adesivos/ Banner	200,00
2.2.11- Hospedagem/manutenção/layout do site	2.740,69
2.2.12- Vigilância e Segurança	455,37
2.2.13- Comunicação/Rádio/TV/Jornal	1.600,00
2.2.14- Honorários Jornalísticos	0,00
2.2.15- Serviços de Informática	1.000,00
2.2.16- Outros Serviços de Terceiros	0,00
2.2.17- Agua e Esgoto	782,48
Total R$	**32.631,53**

2.3- Despesas Gerais	
2.3.1- Combustíveis e Lubrificantes	2.535,43
2.3.2- Despesas com Coral	3.627,49
2.3.3- Diária de Viagens	4.735,30
2.3.4- Tarifas Bancárias	156,01
2.3.5- Lanches e Refeições	937,72
2.3.6- Quintart	9.339,59
2.3.7- Patrocinios e doações	4.460,93
2.3.8- Manutenção de Veículos	40,00
2.3.9- Festas/Reuniões	9.424,47
2.3.10- Passagens Aéreas e Terrestres	505,51
2.3.11- Gêneros de Alimentação e Copa	1.093,26
2.3.12- Despesas com a Sede Campestre	9.180,57
2.3.13- Hospedagens Hotéis	2.384,50
2.3.14- Material de expediente	687,04
2.3.15- Festa Final de ano e natalinas	0,00
2.3.16- Outras despesas diversas	6.687,57
2.3.17- Manutenção e Conservação	5.997,75
2.3.18- Homenagens e Condecorações	200,00
2.3.19- Despesas com Sede Adm. Jataí	700,61
2.3.20- Despesas com curso de inf. para aposentados	0,00
2.3.21- Despesas com construção Sede Campestre	0,00
2.3.22- Cópias e autenticações	88,80
2.3.23- Sabadart Jataí	1.580,00
2.3.24- Despesas com Greve	9.994,70
Total R$	**74.357,25**

2.4- Despesas Tributárias e Contribuições	
2.4.1- IR s/ Folha de Pagto	3.654,34
2.4.2- CUT-Central Única dos Trabalhadores	0,00
2.4.3- Proifes-Fórum de Professores	21.737,89
2.4.4- Outras Desp. Tribut. e Contribuições	561,23
Total R$	**25.953,46**

2.5- Repasses e Aplicações	
2.5.1- Repasse para C/C Fundo Social	10.217,06
2.5.2- Aplicação CDB	50.000,00
Total R$	**60.217,06**

Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R$	**263.993,34**

3- Resultado do exercício 09.2015 (1-2)	**-2.695,74**

4- Atividades de Investimentos	
4.1- Imobilizado	
4.1.1- Construções e Edificações	0,00
4.1.2- Máquinas e Equipamentos	0,00
4.1.3- Veículos	0,00
4.1.4- Móveis e Utensílios	750,00
4.1.5- Computadores e Periféricos	610,00
4.1.6- Outras Imobilizações	1.800,00
Total R$	**3.160,00**

4.2- Intangível	
4.2.1- Programas de Computador	0,00
Total R$	**0,00**

Total Geral dos Investimentos R$	**3.160,00**
5- Resultado Geral do exercício 09.2015 (3-4)	**-5.855,74**

Os valores contidos neste relatório estão por Regime de Caixa . Regime de caixa é o regime contábil que apropria as receitas e despesas no período de seu recebimento ou pagamento, respectivamente, independentemente do momento em que são realizadas.

CARTAS DOS LEITORES

Críticas, sugestões de pauta e comentários >>>
jornaldoprofessor@adufg.org.br

O que mais admiro em Marco Antonio Sperb Leite não é sua proximidade com Dom Irineu Pena, filósofo profundamente respeitado por Paulo Emílio Salles Gomes, grande profeta do Cinema. Nem por ter sido aluno de Física da UFRJ. Nem a coragem em vir para Goiânia. Minha admiração, espécie introjetada de inveja, é o fato de haver tido entre seus docentes Plínio Sussekind Rocha. Este não foi só um teórico da Física, de forte formação francesa, mas o mais profundo conhecedor do clássico do cinema brasileiro "O limite de Mário Peixoto". A influência de Plínio foi tão grande que a exibição do filme em Nova Iorque, nos anos 30, exigiu sua presença. Mas aqui minha admiração cresce quando leio em **JP** *uma reportagem sobre um Marco Antonio não mais afeito à atividade política, nem ao magistério superior. Descubro nele um pesquisador do aéreo. Ele pratica algumas ideias minhas, quando nos anos 80, me referia à aposentadoria "poiética". Por aí o aposentado, longe de continuar na atividade docente, parte em busca do imaginário como fonte da criatividade. É a quebra da rotina.*

Hélio Furtado do Amaral,
professor titular aposentado da antiga Facomb

NOTA DA REDAÇÃO

Apesar do caráter de contribuição pessoal, cabe reparo à carta do professo Hélio Furtado do Amaral. Ao citar o professor Marco Antonio Sperb Leite, não se deve esquecer dos professores Paulo Garcez Ferreira Leão e Waldemar Wolney Filho, cuja participação no projeto de aviação experimental merece consideração.

Adufg SINDICATO

18ª Diretoria Executiva
Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás

Flávio Alves da Silva
Presidente

Daniel Christino
Vice-presidente

Edsaura Maria Pereira
Diretora Secretária

Bartira Macedo
Diretora Adjunta Secretária

Anderson de Paula Borges
Diretor Administrativo

Thyago Carvalho Marques
Diretor Adjunto Administrativo

Ana Christina de Andrade Kratz
Diretora Financeira

Luciana Aparecida Elias
Diretora Adjunta Financeira

Peter Fischer
Diretor para Assuntos dos Aposentados e Pensionistas

Maria Auxiliadora de Andrade Echegaray
Diretora Adjunta para Assuntos dos Aposentados e Pensionistas

Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS

ANO III – Nº 28
Dezembro de 2015
Idealizador do projeto
Prof. Juarez Ferraz de Maia

Projeto gráfico original
Cleomar Nogueira

Editora responsável
Alessandra Faria (JP 01031/GO)

Editor e repórter
Macloys Aquino (Fenaj 02008/GO)

Diagramação
Bruno Cabral

Repórter
Fábio Alves (JP 0003403/GO)

Publicação mensal

Tiragem
3.000 exemplares

Impressão
Cegraf UFG

jornaldoprofessor@adufg.org.br

9ª Avenida, 193, Leste Vila Nova - Goiânia - Goiás
Fone: (62) 3202-1280
Produção e edição
Assessoria de Comunicação da Adufg Sindicato

RESPINGOS

Notícias do movimento docente, da vida na UFG e de questões jurídicas sobre o magistério superior

Era do medo

Do diretor da Fafil, Adriano Correia, sobre os boatos de arrastão no Campus 2: "Tem um clima de terror que não corresponde à realidade no campus. Acaba refletindo comportamento de diretores de unidades que querem a PM no campus."

Paranóia

"As redes sociais, *Facebook*, *Whatsapp*, são a terra da paranóia. Os boatos são espalhados e criam situações. É claro que há crime no campus, mas não na proporção e como anda sendo espalhado", diz Adriano.

PM no campus

As ocorrências de furto e roubo no Campus 2, proporcionalmente menores que em bairros dos arredores, geram pedidos de mais segurança por parte de unidades à reitoria e inflamam o debate sobre a PM no campus.

Fla-flu

Nas redes sociais, o debate sobre a presença de militares na UFG rivaliza dois grupos: um acha que isso asseguraria mais segurança e outro argumenta que aumentaria a violência, principalmente contra negros.

Bipolar

A pesquisa encomendada pela reitoria para subsidiar a política de segurança da UFG detectou que a maioria da comunidade acadêmica acredita na PM como solução para a violência. Mas a maioria da comunidade não confia na PM.

Caro

A descontinuidade dos serviços de segurança terceirizada levou a reitoria da UERJ a interromper atividades acadêmicas durante uma semana, entre novembro e dezembro. Na UFG, a segurança terceirizada é o que mais gera gasto de custeio.

Por segurança

Depois de negada em plebiscito, a adesão à Ebserh foi aprovada pelo conselho universitário da UFSC numa sessão dentro do Centro de Ensino da Polícia Militar. Foi marcada ali para "evitar mais conflitos".

Efeito positivo

Ricardo Paes de Barros é um dos que demonstram que investimento público em educação básica gera efeitos positivos na saúde e na segurança, e que bancar ensino superior beneficia apenas o indivíduo.

Gasto burro

"Não sei por que estamos garantindo educação superior gratuita para uns caras que podem pagar e até gostariam de pagar", disse o especialista em políticas públicas em entrevista à *Folha de S. Paulo*. "É um gasto burro", comentou.

Caluniosa

Em nota, a Adufg Sindicato repudiou reportagem do *Diário da Manhã* que acusou, sem provas ou direito de fala, Miriam Bianca (FE) e Rafael Saddi (FH) como organizadores do movimento secundarista contra as OSs nas escolas estaduais.

Repúdio

A FE se disse contrária à militarização e à terceirização da administração de escolas estaduais a organizações sociais. "Se o Estado possui recursos para que OS e PM administrem escolas, porque não investe num projeto próprio?", questionou em nota. A Adufg quer que a cessão de escolas às OSs seja melhor discutida.

Civilizar x militarizar

"Antes de militarizar escolas civis, lembramos ao governador (Marconi Perillo) do seu dever de civilizar as instituições militares sob seu comando", disse nota dos núcleos de pesquisa da UFG, em repúdio à militarização da escolas estaduais.

Jurídico em ação

A Adufg Sindicato conseguiu, na Justiça Federal em Goiás, converter em dinheiro licenças-prêmio não gozadas e não contadas em dobro no momento da aposentadoria de uma professora. Os valores deverão ser pagos em parcela única. A UFG pode recorrer.

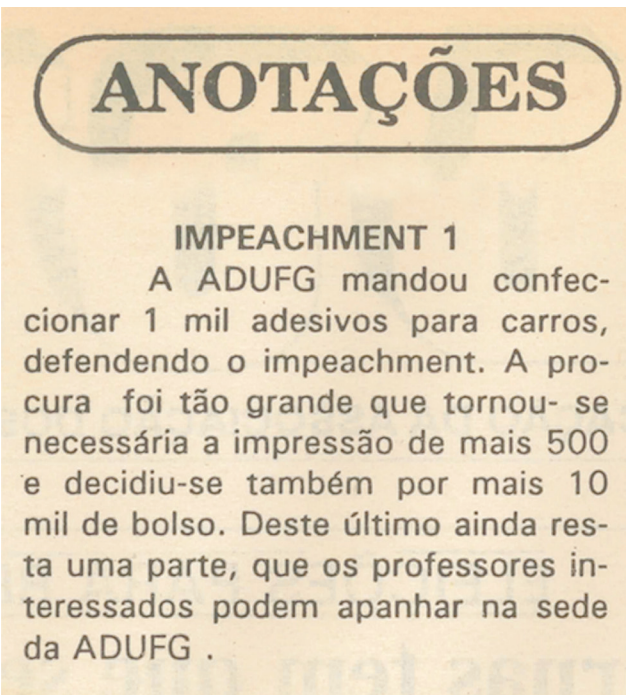
ADUFG PODE EXPANDIR REPRESENTAÇÃO A INSTITUTOS FEDERAIS

Professores do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) de Goiás procuraram a Adufg Sindicato em busca de informações sobre filiação, logo após a publicação do registro sindical. A carta só permite representar a carreira do Magistério Superior, mas a diretoria do sindicato já estuda abrir o debate sobre a possibilidade de agregar professores dos IFs. "Eu defendo porque temos a mesma carreira", diz o presidente da Adufg Sindicato, Flávio Alves da Silva. Professores dos institutos teriam de discutir o assunto e também a Adufg. Só então haveria um pedido de mudança no registro sindical, no Ministério do Trabalho e Emprego. Adufscar, Adufrgs, Adurn e Apub representam Magistério Superior e EBTT.

Entre bichos

No início da década de 70 eram comuns, além dos macacos prego, saguis, cobras, vacas e outros animais, entre os prédios dos Campus Samambaia. Registro do professor Thomas Roland Hoag.

Impeachment



ANOTAÇÕES

IMPEACHMENT 1

A ADUFG mandou confeccionar 1 mil adesivos para carros, defendendo o impeachment. A procura foi tão grande que tornou- se necessária a impressão de mais 500 e decidiu-se também por mais 10 mil de bolso. Deste último ainda resta uma parte, que os professores interessados podem apanhar na sede da ADUFG .

Recorte da coluna "Anotações", do extinto Jornal da Adufg, *publicado em julho de 1992, contra o ex-presidente Fernando Collor de Mello.*

Fotos: Mariana Faria e Fábio Alves

Festas reúnem professores no fim de ano

A Adufg Sindicato realizou no dia 27 de novembro a tradicional festa de fim de ano com temática especial. A "Noite no Botequim" contou com show de samba do grupo Choro Samba, dançarinos, buffet de comidas de boteco e bebidas. Em Jataí, professores aproveitaram a confraternização realizada pela sede da Adufg Sindicato no Karaokê da AABB, com churrasco e animação do DJ Luciomar.

Adufg SINDICATO notícias

Mariana Faria

Coral Vozes da Adufg abre evento na FIC

O Coral Vozes da Adufg apresentou o seu repertório na abertura do IX Seminário de Mídia e Cidadania e VII Seminário de Mídia e Cultura (Semic), no dia 08 de dezembro. O evento lotou o auditório da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), que aplaudiu a apresentação. A apresentação de músicas natalinas e outras foi a última oficial do Coral Vozes da Adufg, fechando 2015 com chave de ouro. O retorno das atividades será em 03 de fevereiro de 2016.

Adufg Sindicato participa de evento no IFT

O presidente da Adufg Sindicato, Flávio Alves da Silva, participou em novembro de evento promovido pelo Sind-Proifes com os professores do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFT), no campus de Palmas.

Na reunião, Flávio relatou a história da Adufg Sindicato, ressaltando a relação democrática que o Proifes-Federação mantém com seus sindicatos. Também explicou como foi a participação da Adufg e do Proifes nos processos de negociação salarial de 2012 e de 2015.

A reunião contou com apresentação do professor Valdemir Alves Junior, presidente do Sind-Proifes, sobre as vantagens da estrutura de representação em que cada sindicato de base local (municipal, intermunicipal ou estadual) tem autonomia política, econômica e decisória para questões sobre patrimônio, benefícios, assembleias e até greves.

Agendas 2016 serão entregues em janeiro

Informamos que os exemplares da Agenda 2016 da Adufg Sindicato serão entregues em janeiro. Anualmente, realizamos a distribuição ainda no mês de dezembro, antes do início do novo ano letivo. O atraso se deve a um problema técnico no Cegraf/UFG, responsável pela impressão das agendas.

Grupo Travessia comemora sucesso de exposição

O III Sarau dos Professores Aposentados da UFG encerrou a programação da V Exposição de Arte e Artesanato, evento realizado nos dias 19 e 20 de novembro pelo Grupo Travessia-Aposentados/Adufg, com apoio da Adufg Sindicato. O roteiro da noite, organizado pela coordenadora do Coral Vozes da Adufg, Ormezinda Gervásio, contou com as apresentações artísticas dos cantores do Coral Vozes da Adufg, com acompanhamento do maestro Siro Pontes, do Coral Viva a Vida e declamação de poesia.

A programação do Sarau foi prestigiada pelos expositores da V Exposição de Arte e Artesanato, convidados e pelos professores participantes do Encontro Nacional de Assuntos de Aposentadoria, realizado pelo Proifes-Federação na Adufg Sindicato.

Os diretores do sindicato, Flávio Alves da Silva, Ana Christina Kratz, Peter Fischer, Thyago Carvalho Marques e Maria Auxiliadora de Andrade Echegaray prestigiaram o evento que há cinco anos reúne professores aposentados da UFG que produzem música, arte e artesanato.

A professora Jane Sarques, coordenadora do Grupo Travessia, agradeceu o apoio da atual Diretoria para a realização de mais uma exposição que já faz parte da agenda cultural dos docentes aposentados.

Fotos: Mariana Faria e Fábio Alves

Encerrada negociação de reajuste com Unimed

A Unimed enviou ofício à Adufg Sindicato no dia 03 de dezembro, informando sobre a manutenção da proposta de reajuste anual de 9,7%. Durante o processo de negociação, a diretoria di sindicato havia proposto reajuste de 6,83%. A primeira proposta enviada pela cooperativa era de 17,62%.

Com a definição do valor do reajuste, a coordenação do convênio Unimed/Adufg abriu inscrições para novos usuários do Plano de Saúde Adufg Sindicato/Unimed, sem carência. Os professores filiados e servidores técnico-administrativos interessados devem procurar o Setor de Convênios da Adufg Sindicato de segunda à sexta-feira, das 8h às 18h, entre 04 e 15 de janeiro de 2016, com utilização a partir de 10 de fevereiro de 2016.

O reajuste de 9,7% será cobrado em janeiro de 2016, juntamente com retroativo do mês de outubro. Em fevereiro e março serão também cobrados os retroativos dos meses de novembro e dezembro. Retroativos da Uniodonto também serão cobrados a partir de janeiro.

Espaço Saúde discute alimentação saudável

O Espaço Saúde da Adufg Sindicato promoveu em novembro a oficina "Alimentação Saudável e o Diabetes". A nutricionista Karla Esperidião, que atende filiados e dependentes no espaço, reforçou a importância de uma alimentação equilibrada.

Mariana Faria

Gustavo Diehl/UFRGS

‘Estamos perdidos se não fortalecermos o sindicato’

ENTREVISTA – JOSÉ ROBERTO HELOANI

Jornal do Professor – O professor diz que a universidade já foi um espaço mais fraterno e solidário. O que mudou?

José Roberto Heloani – De uns anos para cá, a forma de trabalho na universidade teve modificações. A competição era menor a que temos hoje. Claro que vaidades e disputas sempre existiram em todos os grupos humanos, na família, enfim, coisas típicas do ser humano. Mas quando se começa a comparar pessoas, estimulá-las a cumprir metas, fazer com que avaliações deixem de aferir formas de melhorar o desempenho para se transformar em objeto de disputa. As avaliações potencializam um ferramental humano que deveria ser ignorado e não potencializado, há um incentivo para vermos as pessoas não como colegas, mas como rivais. Eventualmente até inimigo. De uma década para cá, houve um acirramento da disputa, tanto simbólica, de honraria e títulos, a uma disputa por dinheiro. Pesquisas dependem muito de verbas e essas verbas dependem de indicadores numéricos. A avaliação baseada em modelos empresariais não averigua o esforço humano, sua eticidade. Só objetiva indicadores numéricos para engordar cifras, muitas vezes comparadas com outras cifras. A maioria dos índices comparativos entre universidades são externos, de empresas privadas. Não são os governos que estabelecem. Quem estabelece se uma universidade é melhor ou pior são organizações privadas. Essas avaliações incentivam e potencializam características do trabalho docente que destroem o coletivo de trabalho.

JP – Mas como isso se torna assédio?

Roberto Heloani – De uma forma muito objetiva, para não corrermos o risco de uma análise ideológica: você pode contar nos dedos, por exemplo, o número de professores que participam das reuniões do sindicato. São pouquíssimos porque um está atualizando o Lattes, o outro está fazendo relatório, outro se inscrevendo em congresso... É uma lógica perversa que não te dá mais tempo livre para ouvir o colega ou para cuidar inclusive da vida particular. Nessa lógica, discussões importantíssimas são deixadas de lado. Como é que uma categoria que em princípio deve ser protagonista de todo um processo dissolve seu coletivo? Esse é o contexto ideal, o terreno fértil para o assédio. Na medida da falta de coletivo, você tem pessoas que trabalham no mesmo espaço, mas que é cada um por si. Cada um com seus objetivos e interesses até antagônicos aos dos colegas. O assédio aparece como uma ferramenta para se manter nessa lógica. Você assedia para tirar o outro do seu caminho, porque o outro incomoda.

> “HÁ SITUAÇÕES DE PROFESSORES QUE INCENTIVAM ALUNOS A ASSUMIR CERTOS COMPORTAMENTOS COMO FORMA DE SE LIVRAREM DAQUELE QUE POR ALGUMA RAZÃO ACHAM QUE DEVERIA SAIR”

JP – O assédio pode, por outro lado, ser usado para se associar e formar grupos?

Roberto Heloani – Sim. Em muitas situações o assédio é cultivado para colocar alguém para fora sem ter de arcar, por exemplo, com custos recisórios. Há situações de professores que propositalmente incentivam alunos a assumir certos comportamentos como forma de se livrarem daquele que por alguma razão acham que deveria sair. Este (o assediado) pode, inclusive, ser o que questiona, o que reivindica. O assédio tem se tornado uma ferramenta administrativa que tem se propagado.

JP – Essa lógica tem a ver com o modelo Capes de desenvolvimento?

Roberto Heloani – Sim. O modelo de publicações deixou de ser uma exceção e passou a ser regra, o que acabou gerando uma mudança significativa na própria representação do profissional docente, sua própria identidade profissional. Quem somos nós? Deixamos de ser vistos como professores, como alguém com um papel na sociedade...

JP – E passaram a ser vistos como competidores?

Roberto Heloani – Exatamente. Eu já ouvi inclusive de um colega da Psicologia Social, veja bem, que achava que devíamos, nós professores, ser encarados como craques, como se tivéssemos passe. Foi mais um desabafo dele, mas que justificava: “já que a coisa está assim, então pelo menos que a gente tenha o reconhecimento financeiro”. Mas esse é o pior dos mundos. É um mundo de competição atroz e que ultrapassa os limites da ética.

JP – E muitas vezes este que trabalha ao seu lado não é por um tempo curto, mas uma carreira inteira...

Roberto Heloani – O diretor da minha unidade na Unicamp sempre fala para atentarmos ao fato de que, quando a gente seleciona alguém, temos de ter em mente que a pessoa ficará do nosso lado por duas décadas, às vezes três décadas, com essa questão da aposentadoria cada vez mais longínqua. Imagine o que é ficar ao lado de uma pessoa que na verdade não está torcendo por você, não tem lastro afetivo nenhum. Acho que o grande assassinato que ocorreu nos últimos anos foi o da coletividade. A gente já percebe uma diferença de gerações. Claro que não podemos culpar as gerações mais novas, que já foram escolarizadas nesse modelo.

JP – Já entrevistamos professores mais antigos aqui no jornal, que remontaram um tempo em que havia um sentimento de casa em sua unidade, de “nossa casa”. E que dizem que os mais jovens parecem não ter esse sen-

Um modelo de universidade que privilegia resultados numéricos gera mais competição que laços de solidariedade, o que pode deteriorar relações entre docentes, muitas vezes empenhados na obtenção de índices de pontuação.

Este seria o ambiente propício à ocorrência do assédio moral, fenômeno comum em corporações, que expõe trabalhadores a situações de humilhação, constrangimento e violência, e que pode gerar transtornos psíquicos.

Uma das maiores autoridades brasileiras sobre assédio moral nas relações de trabalho, o professor da Unicamp José Roberto Heloani fala sobre a ocorrência do assédio na universidade e o papel do sindicato na contraposição a um projeto que pode transformar nosso ambiente de trabalho em apêndice do setor produtivo.

timento...

Roberto Heloani – Às vezes dou aula na graduação. E uma vez, na primeira aula de uma turma de calouros, me chega um aluno no final e me pergunta se eu não queria ser o orientador dele no TCC. Achei estranho. Mas o mais estranho foi quando percebi que ele conhecia o meu Lattes melhor que eu, ele sabia tudo. Sabia inclusive da minha carreira, se eu era professor titular ou não, sabia tudo. Ele já tinha pesquisado os Lattes de vários professores e provavelmente havia tomado uma decisão meramente instrumental. Isso parecia ser o mais importante para ele ali, que ainda tinha todo um curso pela frente, com várias relações, várias pessoas pela frente... Eu fiz Psicologia, mas fiz Direito também na USP. Me lembro que me interessei por um professor, que era um grande professor, porque ele me inspirava confiança e aquilo me lembrava meu pai. Eu lá sabia se ele era titular, se não era, do Lattes dele. Enfim, são gerações completamente diferentes.

JP – O modelo que prioriza mais a pesquisa que o ensino e a extensão tem a ver com essa lógica, certo?

Roberto Heloani – Sim, falando em português claro, é a lógica do capital. Nós estamos transformando professores... E transformando o ambiente acadêmico num grande escritório.

JP – Como o senhor vê a meritocracia?

Roberto Heloani – No sentido grego da palavra, é uma forma de medir o mérito do sujeito num sentido global, o que ele é, o que fez, seu esforço, sua ética, sua moral. Outra coisa é a meritocracia dentro do contexto neoliberal, que parte do pressuposto de que as pessoas estão isoladas, cada uma por si, e cada uma deve ser remunerado num sentido taylorista, pelas tarefas que faz. Esse segundo sentido é que tem colonizado a mente da academia. Meritocrata não é aquele professor que dá uma aula maravilhosa, que orienta muito bem, que é formador inclusive de caráter, nada disso. É aquele que simplesmente publica, publica, publica. Se publica um monte de porcaria, não importa. O mérito é o número de publicações. Não tem nada a ver com a meritocracia original. É uma deturpação de um conceito muito mais amplo, que verifica, além da qualidade, em que condições se produz, de que forma conhecimentos foram apropriados. Não se pode confundir os dois (conceitos). O que existe hoje está muito longe de um projeto meritocrático. Sem fazer trocadilho, o que temos é muito mais um processo burocrático.

> “QUEM SOMOS NÓS? DEIXAMOS DE SER VISTOS COMO PROFESSORES, COMO ALGUÉM COM UM PAPEL NA SOCIEDADE, E PASSAMOS A SER ENCARADOS COMO CRAQUES, COMO SE TIVÉSSEMOS PASSE”

JP – Que avaliação o professor faz do papel do sindicato na formação de lastros mais afetivos, no combate ao assédio?

Roberto Heloani – Dizem que os sindicatos hoje são fracos e inoperantes. Tem um grau de verdade. Mas apesar disso, os sindicatos e associações são instituições que nunca foram tão importantes. Essa é a contradição. Se houve uma decadência em termos de representatividade, por outro lado nunca se precisou tanto do sindicato. É claro que o espaço do sindicato é um espaço onde também acontece assédio moral, assédio sexual, é um espaço humano. Agora, se não fortalecermos o espaço sindical estamos perdidos. Porque é o que sobrou, por incrível que possa parecer, de coletivo. Principalmente os sindicatos docentes. Apesar das críticas de inoperância, das dificuldades, são as instituições que ainda conseguem fazer alguma coisa. O sindicato precisa avançar, tem muita coisa pra fazer, mas repito, ele é imprescindível. Sem associações, sem sindicatos, não há sequer a possibilidade de uma contradição externa a um projeto de educação, um projeto de mundo, absolutamente hegemônico, que faz da universidade um apêndice, um anexo do setor produtivo. Porque se a gente não tem a capacidade crítica – quando falo crítica não é a de ficar criticando, mas de ver com outros olhos, de apontar os problemas – então eu não sei para que a universidade se presta. Não entendo um sistema universitário que não tem compromisso social relevante, que não aponte os melhores caminhos para a sociedade. Que seja capaz de se auto referenciar e de fazer uma autocrítica. Senão, vamos acabar com a universidade e ter apenas uma universidade corporativa, com uma visão estritamente tecnicista, instrumental, apenas operacional. Deixemos para as empresas mapearem, fazerem a cartografia do mundo que desejam. Não é isso que a gente quer.

JP – Quais os indícios de solidariedade, que forças o professor consegue detectar na universidade hoje?

Roberto Heloani – Não quero ser pessimista, mas vejo pouco. Porque eu vejo uma solidariedade instrumental, na qual você atua em conjunto porque necessita num dado momento, é circunstancial. É uma solidariedade com regras e normas. Por exemplo, num projeto a gente consegue uma verba se houver isso e aquilo. Mas está sub judice de uma regra ou situação. É uma solidariedade instrumental. Não há uma consciência do ponto de vista ontológico de que isso é melhor para todos. Às vezes as pessoas mal se cumprimentam a posteriori. Então eu acho que é só nos espaços coletivos, sindicatos e associações, onde a gente pode resgatar outras solidariedades. Para que as pessoas se distanciem da lógica produtiva e passem a outra reflexão. Temos de avançar não de forma individual, a faculdade xis, a ipsilon, a universidade, não. Tem de ser coletivo esse espaço de trocas. Temos de nos organizar em termos de federações. Caso contrário, francamente, não vejo saída.

CPPD esclarece promoções

A pedido do JP, o presidente da Comissão Permanente do Pessoal Docente (CPPD), Jefone de Melo Rocha, monta quadro explicativo sobre promoção na carreira docente na UFG

Fábio Alves

Jefone, presidente da CPPD: processos errados geram prejuízos à carreira

Desde 1º de março de 2013, todas as progressões, promoções e estágios probatórios são regidas pela Lei 12.772/12 e pelas resoluções Consuni 32/2013 e 34/2014, muitas vezes não compreendidas por docentes e comissões de avaliação (CADs).

"A não aplicação correta das resoluções tem acarretado prejuízos aos docentes. Erros cometidos pelas CADs geram devoluções dos processos pela CPPD. Processos que demandariam no máximo um mês chegam a durar até cinco, seis meses", afirma o presidente da CPPD, Jefone de Melo Rocha.

Processos de estágio probatório são os que mais deslizam e por isso, a partir de 1º de março de 2016, podem gerar prejuízos. Isto porque o docente em exercício desde 1º de março de 2013 só obterá progressão ou alteração de regime de trabalho após o probatório.

Fique atento às regras

Classe A, níveis 1 e 2 (durante o probatório, 36 meses)

Auxiliar (Especialista)

Após 24 meses de exercício, pode progredir para o nível 2 (progressão funcional, Capítulo III, Artigo 27 e capítulo VI artigos 54, 55 e 59*).

Ao término do probatório, permanece na classe de Auxiliar. No entanto, quando o auxiliar especialista completar 24 meses no nível 2 (48 meses de exercício), poderá solicitar promoção para a Classe B, nível 1 (promoção por avaliação de desempenho, Capítulo IV, Artigo 40 e Capítulo VI, artigos 54, 55 e 59*).

Se durante o estágio probatório o docente defender dissertação de mestrado ele pode e deve solicitar Alteração de Denominação (o docente irá da Classe de Auxiliar nível 1 ou 2 para Assistente A nível 1).

Assistente A (Mestre)

Após 24 meses de exercício, pode progredir para o nível 2 (progressão funcional, Capítulo III, Artigo 27 e capítulo VI artigos 54, 55 e 59*). Importante atentar ao interstício: o docente entrou em exercício, por exemplo, em 15 de abril 2013 na Classe Auxiliar, nível 1 (Especialista). No dia 16 de julho de 2013 (data da portaria), obteve Alteração de Denominação por obtenção do título de mestre. O docente está, portanto, na Classe Assistente A, nível 1. Dois anos após a data da portaria, ou seja, no dia 16 de julho de 2015, poderá ir para Assistente A, nível 2 (interstício de dois anos).

Se durante o estágio probatório o docente defender tese de doutorado, pode e deve solicitar Alteração de Denominação: o docente irá da Classe Assistente A, nível 1 ou 2, para Adjunto A, nível 1.

Assistente A nível 1 ou 2, no término do probatório, automaticamente terá Aceleração da Promoção para a Classe B nível 1. No parecer final, a CAD manifesta favorável a efetivação no cargo e indica a aceleração para a classe B. Deve constar no processo o comprovante de conclusão do curso de docência e o diploma de mestre. 2 para Assistente A nível 1).

Adjunto A (Doutor)

Após 24 meses de exercício, pode progredir para o nível 2 (progressão funcional, Capítulo III, Artigo 27 e capítulo VI artigos 54, 55 e 59*).

Importante atentar ao interstício: o docente entrou em exercício, por exemplo, em 15 de abril 2013 na Classe Assistente A, nível 1 (Mestre). No dia 16 de julho de 2013 (data da portaria), obteve Alteração de Denominação por obtenção do título de doutor. O docente está, portanto, na classe de Adjunto A, nível 1. Dois anos após a data da portaria, ou seja, no dia 16 de julho de 2015, poderá ir para Adjunto A, nível 2 (interstício de dois anos).

Adjunto A, níveis 1 ou 2, no término do probatório, automaticamente terá Aceleração da Promoção para a Classe C, nível 1. No parecer final, a CAD se manifesta favorável à efetivação no cargo e indica a aceleração para a Classe C. Deve constar no processo o comprovante de conclusão do curso de docência e o diploma de doutor.

Importante Assistente A, níveis 1 ou 2, ou Adjunto A, níveis 1 ou 2 (no probatório), não precisam abrir processos de aceleração da promoção para a Classe B (Docente Assistente) ou C (Docente Adjunto), respectivamente, ao término do probatório. A aceleração da promoção será a partir da data da portaria do reitor que efetivou o docente no cargo (o probatório termina na data de efetivação no cargo – ato jurídico). A CPPD e as CADs deverão analisar e emitir o parecer final do probatório em no máximo 10 dias antes do final dos 36 meses.

Classe B (Docente Assistente)

Nível 1
Após vinte 24 meses, o docente da Classe B, nível 1, poderá ir para a Classe B, nível 2 (progressão funcional, Capítulo III, Artigo 27 e Capítulo VI, artigos 54, 55 e 59*).

Nível 2
Após vinte 24 meses, o docente da Classe B, nível 2, poderá ir para a Classe C, nível 1 (progressão por avaliação de desempenho, Capítulo IV, Artigo 40 e Capítulo VI, artigos 54, 55 e 59*)

O docente da Classe B, níveis 1 ou 2, portador do título de especialista, poderá solicitar Retribuição por Titulação (RT) quando defender dissertação de mestrado. No caso do docente obter o título de doutor quando estiver na Classe B, poderá solicitar Aceleração da Promoção para a Classe C, nível 1.

Classe C (Docente Adjunto)

Níveis 1, 2, 3 e 4. A cada 24 meses o docente passa de um nível para o outro (progressão funcional, Capítulo III, Artigo 27 e Capítulo VI, artigos 54, 55 e 59*). Quando o docente estiver 24 meses no nível 4 e tiver o título de doutor, poderá ir para a Classe D (progressão por avaliação de desempenho, Capítulo IV, Artigo 40 e Capítulo VI, artigos 54, 55 e 59*). Importante: O docente da Classe C, nível 4, por mais de dois anos e portador do título de mestre que defender tese de doutorado, poderá ir para a classe D. Sua progressão será a partir da data da portaria de concessão da RT pela obtenção do título de doutor. Importante: não é permitido solicitar promoção para a Classe D no processo de RT. São processos diferentes. O docente da Classe C, portador do título de especialista ou de mestre, poderá receber RT nos casos de defesa de dissertação de mestrado ou tese de doutorado, respectivamente.

Classe D (Docente Associado)

Níveis 1, 2, 3 e 4. A cada 24 meses o docente passa de um nível para o outro (progressão funcional, Capítulo III, Artigo 27 e Capítulo VI, artigos 54, 55 e 59). Quando o docente estiver 24 meses no nível 4, poderá ir para a Classe E (Resolução Consuni nº 34/2014).

Classe E (Docente Titular)

*Resolução Consuni 32/2013. A resolução está em processo de sofrer alterações pelo Consuni

Prêmio Jabuti/Divulgação

Prêmio Jabuti insere UFG

Conquistado pelo professor Leonardo Caixeta (IPTSP), premiação pode romper barreiras científicas em Goiás

Premiado com o prêmio Jabuti de 2015 na categoria Ciência e Saúde, o primeiro tratado de neuropsiquiatria do Brasil, editado pelo professor Leonardo Caixeta (IPTSP), pode significar o início do fim do isolamento de Goiás na produção científica.

"A UFG foi reconhecida. Nosso trabalho foi reconhecido. Isso configura status científico para a universidade e amplia nossa produção para nível nacional. São poucos os produtos da instituição que possuem esse reconhecimento", disse o docente ao JP.

O livro "Tratado de Neuropsiquiatria - Neurologia Cognitiva e do Comportamento e Neuropsicologia" é resultado de cinco anos de trabalho e reúne várias linhas de pesquisa dentro da UFG e de outras universidades do país.

"O livro congrega uma série de produções científicas da UFG. É muito extenso e importante para a instituição, nos coloca em posição de destaque na produção científica e abre portas para mais publicações", afirma Caixeta.

Aspectos atuais da saúde abordados são pontos de destaque que levaram o livro a ser premiado. Há artigos, por exemplo, sobre as manifestações cerebrais das doenças tropicais, como o zika vírus e os casos de microcefalia no Brasil.

Como as doenças tropicais são negligenciadas pelos "países de primeiro mundo", o trabalho passa a ser referência nessa área. "E repercute internacionalmente, porque evoca interesse dos outros países em saber o que está sendo produzido aqui sobre neuropsiquiatria", complementa.

> "A UFG FOI RECONHECIDA. NOSSO TRABALHO FOI RECONHECIDO. ISSO CONFIGURA STATUS CIENTÍFICO PARA A UNIVERSIDADE E AMPLIA NOSSA PRODUÇÃO PARA NÍVEL NACIONAL"

O Jabuti valoriza escritores, pesquisadores e destaca a qualidade do trabalho de todas as áreas envolvidas na criação e produção de um livro. Além do aspecto inovador, o livro foi premiado pelo nível de editoração, os aspectos iconográficos e a diagramação. A obra teve a participação de 46 colaboradores e de 15 universidades.

Mestrado

Professor Leonardo Caixeta recebeu cinco convites para produção de novas obras científicas desde que ganhou o Jabuti. O livro também foi importante passo para o plano de construir um curso de mestrado em sua área de pesquisa.

"Estamos abrindo as portas para uma futura pós-graduação stricto sensu em Neurociência na UFG. Esse caminho está sendo pavimentando", planeja.

Prêmio Jabuti

Foi criado em 1958. A edição 2015 contemplou 27 categorias. Anualmente, editoras de todo o Brasil inscrevem obras em busca da estatueta e do reconhecimento que ela proporciona. Outra docente da UFG premiada com o Jabuti foi Ciça Fittipaldi (FAV), em 1988 e 1990, por suas ilustrações.

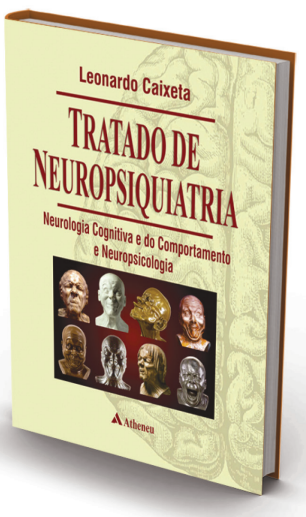
Quem é

Leonardo Ferreira Caixeta

45 anos
Professor Associado de Neuropsiquiatria da Faculdade de Medicina da UFG. Coordenador do Serviço de Neurologia Cognitiva e do Comportamento do Hospital das Clínicas da UFG. Residência Médica em Psiquiatria pela Universidade de São Paulo (USP).Mestrado e Doutorado em Neurologia pelo Departamento de Neurologia da Faculdade de Medicina da USP. Titular da Academia Brasileira de Neurologia, Associação Brasileira de Psiquiatria e Sociedade Brasileira de Neuropsicologia.

Obra

Tratado de Neuropsiquiatria - Neurologia Cognitiva e do Comportamento e Neuropsicologia
Leonardo Caixeta
976 páginas
2014
Editora Atheneu



‘Assumimos para fazer diferença’

Duas frentes marcam a administração da 18ª diretoria na história da Adufg Sindicato: a oferta de estrutura e serviços de qualidade aos docentes – com as obras de infraestrutura nas sedes campestre e administrativa, com a inauguração do Espaço Saúde – e o fortalecimento político – com a conquista do registro sindical. São dois fatores que envolveram mais professores e professoras na vida do sindicato.

É sobre isso e questões políticas que o presidente da Adufg Sindicato, professor Flávio Alves da Silva, fala nesta entrevista. Ele faz um balanço deste um ano e meio de administração e fala das pretensões de expansão material e imaterial do sindicato. Dentre elas, o fortalecimento da consulta eletrônica, como forma de tornar as decisões docentes mais democráticas. Em novembro, 79,38% de 400 docentes votaram pelo acordo de reajuste salarial assinado pelo Proifes-Federação com o governo federal.

Fábio Alves

Jornal do Professor - Nesse um ano e meio de sindicato, o que mudou na sua vida como professor?
Flávio Alves da Silva - A visão de universidade que eu tinha antes era muito simplista. A partir do momento que me tornei dirigente sindical, desde a gestão passada, passei a ver melhor os problemas da universidade. Problemas administrativos, econômicos, de condições de trabalho, as dificuldades que os professores enfrentam no seu dia a dia. Essa visão veio como sindicalista porque chegam mais informações. No sentido pessoal, tenho menos tempo. O sindicato consome muito e eu continuo dando aula na graduação, em dois programas de pós-graduação, oriento alunos de mestrado e doutorado. Antes o dirigente ficava menos tempo na Adufg. Hoje, se não tiver presente no dia a dia, a coisa não anda. O sindicato cresceu muito e a responsabilidade também. Tenho expediente quase diário lá. Temos de cuidar de Goiânia, mas no interior somos cada vez mais cobrados. Além de ações quase que semanais em Brasília. Não é fácil não.

JP - O sindicato toma esse tempo, às vezes é desgastante politicamente e dirigentes não tem salário. Por que vale a pena?
Flávio - Porque amplia conhecimentos e relacionamentos. Porque é a melhor forma de entender e melhorar a vida docente, a minha e da minha categoria. Tem que gostar de política sindical para ser dirigente. Eu gosto de política. Porém, não tenho pretensão de ficar em processo contínuo de sindicalismo, de fazer carreira. Depois

desse mandato devo ficar um tempo fora. Voltar talvez bem lá na frente. Minha carreira é de professor e pesquisador.

JP - O que o professor ressalta como mais importante na sua gestão, até agora?
Flávio - O gestor quando assume um cargo, tem que fazer a diferença, se não for assim, é melhor não assumir. Sempre falo isso. Nossa diretoria assumiu para fazer diferença. Desde a gestão passada, com a professora Rosana (Borges), temos feito à diferença. A Adufg se transformou. Em termos de patrimônio, veja a sede campestre, o que era antes e o que é hoje. De antes, em termos de prédios, só ficaram os chalés e a casa do caseiro. O restante, a gente construiu tudo, quiosques, salão de festa, banheiros, piscinas novas, demos uma excelente condição para os professores usufruírem. A quantidade de professores que frequenta a sede campestre aumentou no mínimo cinco vezes. Na sede administrativa, mudamos muita coisa. Construímos e criamos o Espaço de Saúde, temos espaço para cultura, para lazer. Hoje, a Adufg é altamente requisitada e frequentada. Nossa intenção quando chegamos era fazer com que o professor permanecesse dentro da estrutura do sindicato. Isso acontece. Hoje você vai ver professor o tempo todo na Adufg, desde as sete horas da manhã até às nove da noite. Professores se encontram, fazem pilates, RPG, dança, tai chi chuan, são atendidos por nutricionista, fonoaudióloga, participam do coral, é muita coisa. É até difícil marcar (sessões), porque está difícil até para atender à demanda. Tanto que para 2016 devemos aumentar o número de profissionais para dar melhores condições de atendimento.

JP - Pensa mexer na sede administrativa também?
Flávio – Nosso planejamento é construir um prédio de três andares na parte da frente (9ª Avenida), com auditório, área administrativa e estacionamento, para dar mais conforto aos professores que frequentam e também aos colaboradores. Aquela construção é antiga e está cheia de rachaduras, não tem mais como reformá-la. Queremos fazer isso ainda na nossa gestão. Na sede campestre, iniciamos agora no final do segundo semestre a construção de uma nova entrada e a transformação dos seis chalés em suítes, com ar condicionado e frigobar, além da construção de mais seis novos chalés.

JP - O patrimônio material da Adufg chama atenção de docentes que visitam Goiás...
Flávio - Professores de fora, mas também os daqui, ficam maravilhados com a estrutura do nosso sindicato. Nossa infraestrutura é deixar de queixo caído mesmo. A ADUnB (UnB) copiou um dos nossos projetos e agora está oferecendo pilates lá também. Dirigentes de outros sindicatos quando nos visitam, saem daqui com ideias de oferecer serviços e atenção ao sindicalizado. O sindicalizado merece ser bem tratado e ver que sua contribuição é bem aplicada. Este é um dos motivos da nossa gestão ser respeitada.

JP - Politicamente, o que você ressalta nessa gestão até aqui?
Flávio - O principal fator político foi a conquista da carta sindical. É uma luta desde a gestão do professor Fernando (Santos), da professora Rosana (Borges) e nossa. Foi nosso maior ganho porque os efeitos políticos e jurídicos são imensos. Hoje sentimos que a diretoria da Adufg é vista como uma diretoria atuante, que trabalha e é responsável. Não tenho dúvida de que a confiança dos professores nessa gestão é grande. E o diálogo. Independente de quem votou na gente ou não, temos diálogo com todos, da mesma forma. No campo da discussão da diferença eu defendo a minha posição, o outro defende outra. As coisas às vezes extrapolam, ânimos ficam acirrados. Mas da minha parte a coisa nunca vai para o pessoal.

JP - Qual a principal demanda do movimento docente hoje?
Flávio - Condições de trabalho, com certeza. Em todas as universidades federais. Faltam equipamentos de proteção individual, estruturas adequadas, falta equiparar índices de insalubridade e periculosidade. Muita coisa melhorou, temos mais estrutura hoje. Mas tem professor que vai para o laboratório e tem que colocar a mão no solvente sem luva, sem máscara, sem jaleco e etc. Em termos de produtividade isso atrapalha demais. Se tivéssemos condições de realizar melhor nosso trabalho a UFG mesmo seria uma potência nacional, porque temos muito boas cabeças na universidade. A falta de condições gera estresse, desgaste e desmotivação. Não é fácil tirar dinheiro do bolso pra realizar uma aula, uma pesquisa, traduzir artigos.

Fábio Alves

Flávio: professores de fora ficam maravilhados com estrutura do sindicato

JP - Quando o professor assumiu, perguntamos quais seriam suas bandeiras e você disse em fortalecer a atuação sindical, envolver mais o professor no sindicato. Conseguiu?
Flávio - Eu ainda não sei a fórmula para envolver o professor no movimento sindical. Trouxemos muita gente, hoje temos mais envolvimento, mas ainda está aquém do que esperávamos. Isso não é uma questão da UFG, é nacional. O professor tem dificuldade de participar de uma assembleia, de uma reunião. Seja porque ele está satisfeito ou ocupado em seu lugar. Ele não quer sair para eventualmente se chatear, ouvir opiniões divergentes, ouvir pessoas que pensam diferente, o que acho estranho, porque a universidade é lugar de opiniões diferentes mesmo. Apesar disso, tivemos assembleias com muita participação neste ano e as consultas eletrônicas da Adufg também estão aumentando.

JP - Qual sua avaliação da greve de 2015?
Flávio - Foi um erro. Trouxemos a posição do Proifes, de puxar o indicativo em todos os sindicatos federados. Mas avaliando hoje, foi um erro. Não resolveu nada. O país está em crise profunda. As negociações deste ano levaram oito meses e quinze dias até assinatura do acordo. Mas sempre teve negociação. E saímos da greve antes de assinar, ou seja, saímos sem ganhar nada. Perdemos tempo e geramos prejuízo na vida de professores e estudantes. É um preço alto. Por isso as greves devem ser muito bem avaliadas, no meu entender somente quando não houver negociação. Na hora de votar por uma greve, o professor tem que avaliar muito bem, tem de ter responsabilidade como servidor público.

JP - Politicamente, para o movimento docente nacional, quais foram os efeitos da greve?
Flávio - Essa greve mostrou a debilidade da Andes na representação docente. A Andes não representa o professor já há muito tempo, representa interesse de partido, do PSTU, do PCB, do Conlutas. A Andes foi a maior derrotada nessa greve. Depois de quatro meses de greve, saiu sem nada. Porque quem assinou o acordo, o acordo possível, no final, foi o Proifes. O Proifes saiu grande desse movimento. Hoje a quantidade de sindicatos que nos procuram para buscar informações do Proifes, com interesse de vir, é grande. Muitos sindicatos devem sair da Andes para entrar no Proifes. A tendência do Proifes é crescer cada vez mais.

JP - Como está a relação da Adufg com a reitoria?
Flávio - É bem cordial. Cada um com as suas obrigações. Não temos pacto com reitoria. Mas é cordial. Agimos de acordo com os interesses dos nossos sindicalizados e eles com os deles. Com a carta sindical muda muita coisa. Cobramos da reitoria que reconheça a Adufg como a única entidade que representa os professores. A reitoria ficou em dúvida na greve sobre quem representava o professor. E com a carta sindical isso não pode acontecer mais. A reitoria não tem que ter medo de se posicionar com relação a este assunto. Temos história e exigimos respeito, isso é fundamental para mantermos a cordialidade.

JP - A Adufg tem planos de expandir sua representação?
Flávio - Sim. Vamos abrir subsedes em Catalão e na Cidade de Goiás. Em Jataí já temos uma subsede numa sala emprestada pela UFG, mas em 2016 vamos construir uma sede própria lá. Em Jataí são mais de 130 filiados, metade dos professores da regional. Em Catalão temos poucos filiados, mas vamos aumentar potencialmente lá. Pretendemos levar todos os serviços existentes em Goiânia para as demais subsedes.

Adufg na história

Passagens e memórias da construção do sindicato

Arquivo Adufg Sindicato

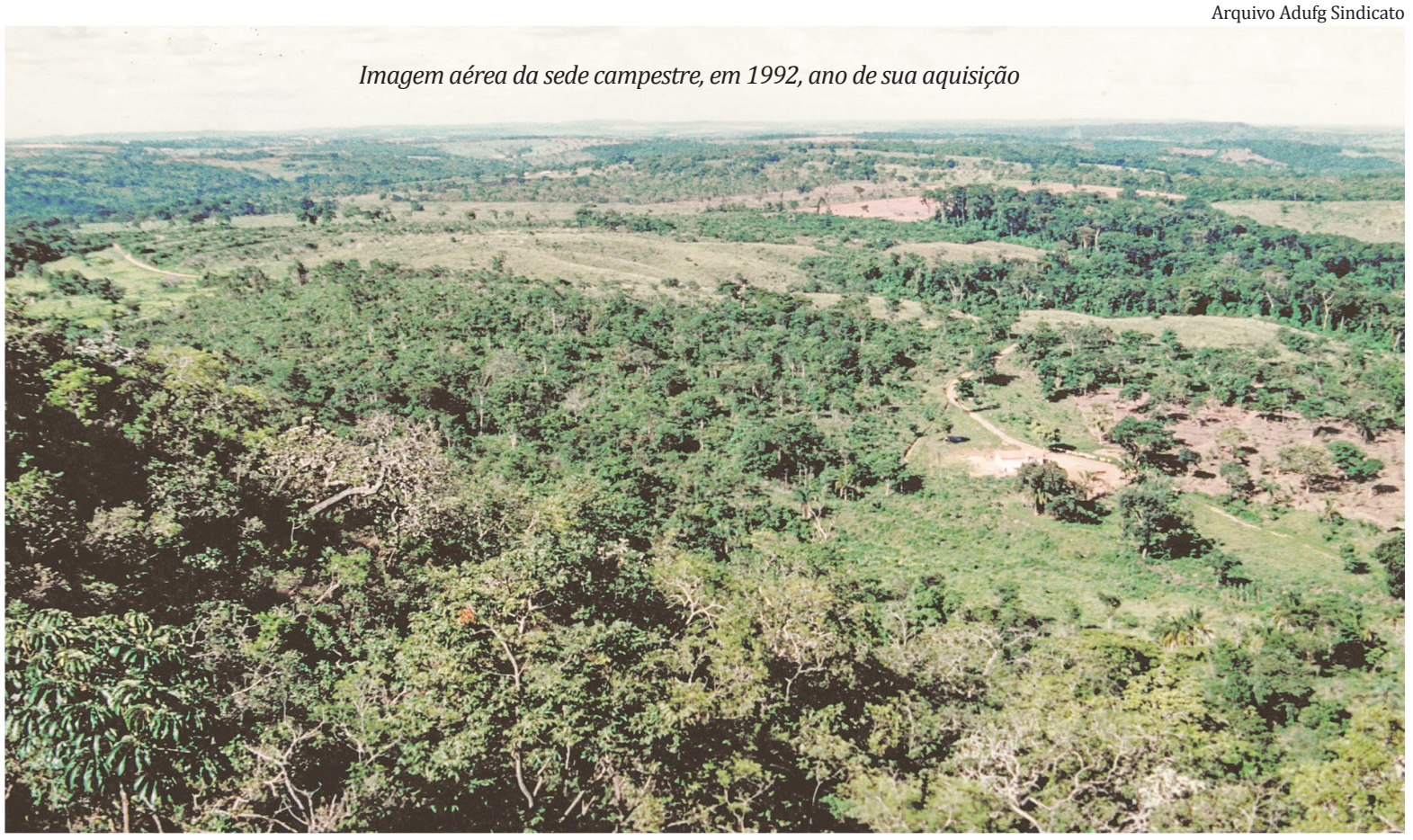
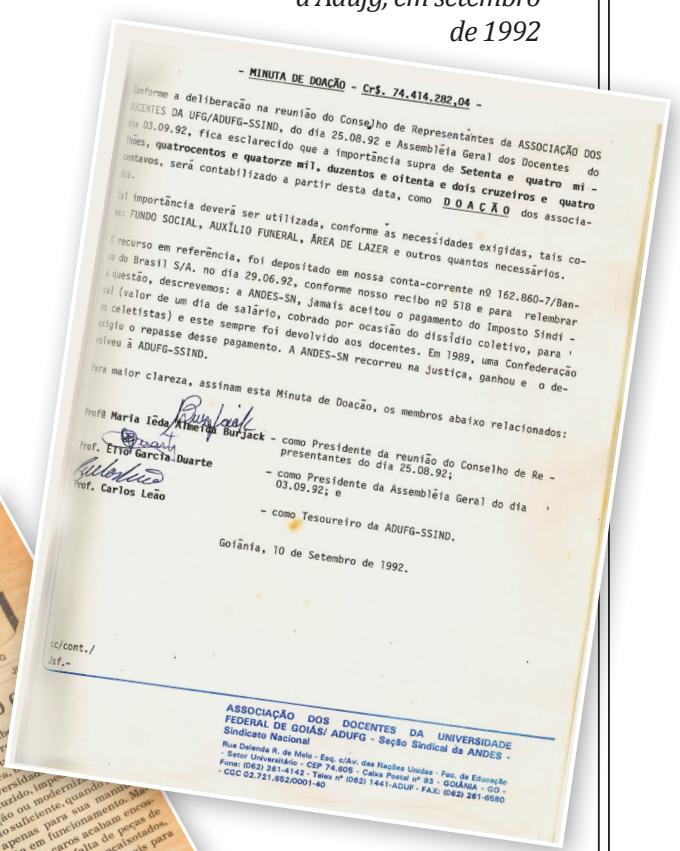


Imagem aérea da sede campestre, em 1992, ano de sua aquisição

Sede campestre foi forma segura de aplicar contribuições

Aproveitando o aniversário de 37 anos da Adufg Sindicato, em 21 de dezembro, resgatamos a história da compra da sede campestre, um dos patrimônios que faz do sindicato o mais bem equipado do Brasil. O interessante é que a chácara não foi comprada com esse intuito, de equipar o sindicato. Foi mais uma oportunidade que surgiu num momento de instabilidade econômica nacional. O Plano Collor, que havia congelado as poupanças em 1990, gerava medo e insegurança em aplicações. Em 1992 a Adufg havia recebido um montante acumulado da Andes-SN, referente ao imposto sindical. "O sindicato nacional era contra o imposto, mas ele era recolhido compulsoriamente pela UFG. Então a Andes nos comunicou que estaria nos repassando as contribuições", lembra a então presidente da Adufg, Maria Ieda Burjak. Eram 74,4 milhões de cruzeiros. "Consultamos os professores sobre o que fazer com esse dinheiro. Optaram por uma sede campestre, social. A gente tinha que gastar esse dinheiro, tínhamos medo de novo recolhimento compulsório em poupança, então foi uma forma de aplicar um dinheiro de todo mundo de forma segura", conta a professora aposentada. Então, diretores da Adufg saíram à procura de uma terra. Buscaram em Pirenópolis e noutras cidades, até que encontraram a bela chácara em Hidrolândia, aos pés do Morro Feio. "Era uma área muito bonita e o dinheiro dava. A Adufg não teve que colocar praticamente nada dela. Então compramos", diz Burjak. A sede campestre veio primeiro que a sede administrativa, que funcionava em uma sala emprestada da Faculdade de Educação. A sede da Vila Nova só foi adquirida quatro anos depois, em dezembro de 1996, durante a gestão do professor Reginaldo Nassar.

Minuta de doação do dinheiro da Andes para a Adufg, em setembro de 1992



- MINUTA DE DOAÇÃO - Cr$. 74.414.282,04 -

Conforme a deliberação na reunião do Conselho de Representantes da ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFG/ADUFG-SSIND, do dia 25.08.92 e Assembléia Geral dos Docentes do dia 03.09.92, fica esclarecido que a importância supra de **Setenta e quatro mi - lhões, quatrocentos e quatorze mil, duzentos e oitenta e dois cruzeiros e quatro centavos**, será contabilizado a partir desta data, como D O A Ç Ã O dos associados.

Tal importância deverá ser utilizada, conforme as necessidades exigidas, tais como: FUNDO SOCIAL, AUXÍLIO FUNERAL, ÁREA DE LAZER e outros quantos necessários.

O recurso em referência, foi depositado em nossa conta-corrente nº 162.860-7/Banco do Brasil S/A. no dia 29.06.92, conforme nosso recibo nº 518 e para relembrar a questão, descrevemos: a ANDES-SN, jamais aceitou o pagamento do Imposto Sindical (valor de um dia de salário, cobrado por ocasião do dissídio coletivo, para os celetistas) e este sempre foi devolvido aos docentes. Em 1989, uma Confederação exigiu o repasse desse pagamento. A ANDES-SN recorreu na justiça, ganhou e o devolveu à ADUFG-SSIND.

Para maior clareza, assinam esta Minuta de Doação, os membros abaixo relacionados:

Profª Maria Ieda Almeida Burjack - como Presidente da reunião do Conselho de Representantes do dia 25.08.92;
Prof. Elio Garcia Duarte - como Presidente da Assembléia Geral do dia 03.09.92; e
Prof. Carlos Leão - como Tesoureiro da ADUFG-SSIND.

Goiânia, 10 de Setembro de 1992.

cc/cont./
lsf.-

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS/ ADUFG - Seção Sindical da ANDES - Sindicato Nacional
Rua Delenda R. de Melo - Esq. c/Av. das Nações Unidas - Fac. de Educação - Setor Universitário - CEP 74.605 - Caixa Postal nº 93 - GOIÂNIA - GO - Fone: (062) 261-4142 - Telex nº (062) 1441-ADUF - FAX: (062) 261-6580 - CGC 02.721.652/0001-40

Jornal da ADUFG
UMA PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFG

Laboratórios refletem crise no

Biblioteca Central é objeto de pesquisa

Alunos de Agronomia promovem encontro

Associados da Adufg ganham área de lazer

Primeira edição do Jornal da Adufg, *com informe na capa sobre a aquisição da sede campestre*

Calipso Aiuxa

Altillierme Carmo

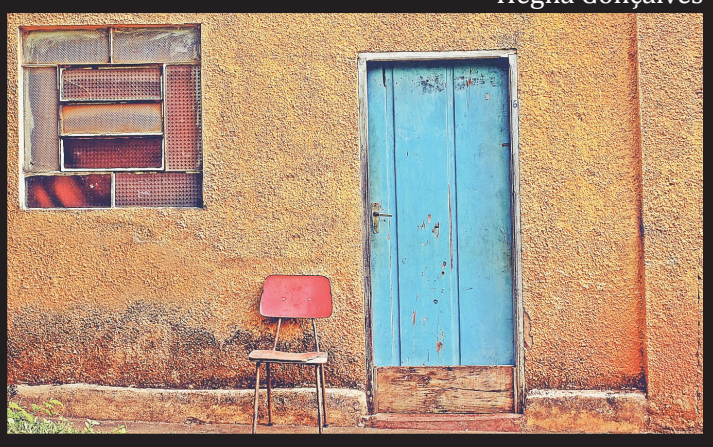
Chris Ataide

Perceba a cidade à deriva

Marli Gomes

Bráulio Vinícius, da FAV, coordena projeto que sensibiliza o olhar sobre o meio urbano

Hegna Gonçalves



Em uma parede de concreto rica em textura, uma planta compõe enquadramento absorvente. É simples. É belo. Também é comum. Detalhe possível através do registro fotográfico provocado pela imersão de uma deriva – quando uma passagem rápida por várias ambiências urbanas propiciam experiências diferentes e revelam olhares.

Desde 2012, o professor Bráulio Vinícius, da FAV, coordena o projeto de extensão Deriva do Bem. O objetivo é promover o encontro de pessoas com locais específicos, como o Centro e o Setor Sul de Goiânia e a Cidade de Goiás. É reunir pessoas interessadas em produzir um registro coletivo digital de fotografias com intenção de preservar a memória da cidade. Participam estudantes e gente da comunidade externa, interessada em fotografia.

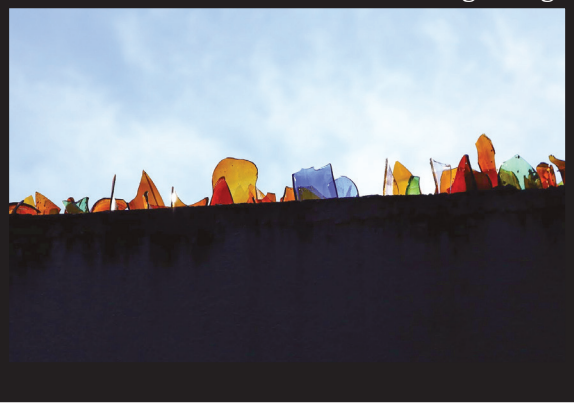
Os participantes doam leite, que é repassado a instituições de caridade. O coletivo recebe orientações, é dividido em grupos e explora a cidade com mapas. "O olhar atento da fotografia é capaz de se deter em objetos simples do cotidiano, bem como na riqueza da paisagem urbana", analisa Bráulio.

"Percorrer uma cidade a pé a três quilômetros por hora nos revela uma cidade rica em patrimônio material e imaterial: o doce, a quitanda, o pastel, o caldo de cana no centro de Goiânia são patrimônios que só podem ser usufruídos por aquele que percorre a cidade a pé. Da janela do carro ou do ônibus, pode-se perceber muito pouco da cidade, principalmente da escala humana, do encontro entre as pessoas", explica.

A última Deriva do Bem aconteceu em novembro, na Cidade de Goiás. O encontro contou com 80 pessoas e superou a expectativa do professor. Pelos caminhos escolhidos, mais surpresas.

Zuka Romano

Hugo Braga



Matheus Garcia

Macloys Aquino

Zita, história negra encarnada

Professora aposentada da FEFD é a expressão da resistência contra a pobreza, o machismo e o racismo

A menina Zita Ferreira acorda a certa hora da madrugada com a água dentro de casa, já na altura da cintura, e que subia rapidamente. Ela, os irmãos e os pais procuram na escuridão a saída. A sorte é que todos sabiam nadar e ninguém foi levado pela inundação.

O rio Parnaíba, em Floriano, Piauí, que era a garantia da existência da família Ferreira, servindo de meio de comunicação, de lugar onde rezar, fonte de alimento, de água limpa e de diversão, havia transbordado e invadido sua casa. Levou tudo que tinham. Naquele final dos anos 60 começava a história de superações da menina negra contra a pobreza, o machismo e o racismo, para se tornar uma referência do movimento negro e das danças afro-brasileiras em Goiás.

Zita e a família chegaram a Goiânia sem trabalho, sem casa, sem escola, sem comida. "Mas inteiros na vontade, na fé e na dignidade humana", conta a hoje professora aposentada da Faculdade de Educação Física e Dança (FEFD) em artigo publicado na revista Estudos: humanidades (Editora UCG).

Inteira também no corpo como ferramenta expressiva e de luta. Criança, Zita dava cambalhotas e fazia pequenas acrobacias, dançava forró, cantava. Isso era motivo de preocupação da mãe, que repetia que aquilo não ia dar em nada e até a reprimia. Deu surras na menina já moça.

Mas foi esse impulso do corpo que a levou à dança e à carreira. Fez o curso superior de Educação Física na Eseffego, o que a permitiu trabalhar como dançarina, coreógrafa e, depois, professora da UFG. Dali para o mestrado em Educação na Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisou como o movimento corporal pode levar pessoas oprimidas a se redescobrirem e resgatarem sua própria autoestima.

O **JP** teve uma tarde de conversa e ensaio fotográfico com a professora Zita, no teatro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG). Confira um pouco da força do pensamento da professora.

Dança

Nunca foi trabalho eu lidar com o corpo. Isso é minha vida. Quando eu danço, vejo algo que não estava vendo na pressão do dia a dia. Eu danço na minha casa. Danço de noite, de madrugada, de manhã. E não bebo. Não fumo. Não consumo nada de sofrimento humano. Eu danço.

Disciplina

Eu vi muito cedo o que é que eu poderia escolher. Eu tinha o poder da reflexão. Minha mãe colocava a gente pra ficar duas, três horas fazendo barra de saia, bordando, quando a gente fazia algo que ela não gostava. Eu refletia. A coisa que eu mais gosto na vida é refletir para poder falar as coisas. Foi pela disciplina que consegui suportar o sofrimento humano e dar conta dele. Foi isso que me trouxe a ser professora.

Beleza

Quando a gente é novo, é tudo muito deslumbrante. Principalmente por essa questão do corpo, do físico. O mundo se abre para a beleza. Eu vi isso muito cedo. Na escola, fui eleita miss escurinha 70. Havia o miss Piauí. Era diferente. Era para ser miss negra, mas falar isso era muito pesado.

Assédio

Eu não podia ir a uma festa que os homens vinham. E eles tinham sexo em tudo. Eu fui verificando que mulher negra não casava. Ela ficava com o homem e acabava por "amigar". Depois vi que era racismo isso. Que casamento era também uma questão econômica e social.

Racismo

É uma questão social, mas, pra mim, é também espiritual. A gente veio de um lugar muito longe. Esse processo da escravidão é instrutivo para eu dar conta do mundo. O racismo sempre me fez chorar de tristeza, mas sempre encarei de frente. Nunca tive medo. O meu envolvimento com as matas, com o rio, me deu força para encarar tudo e dizer o que eu penso. Toda vida tive uma coisa muito forte de dizer não.

Personalidade

Não gosto da obscuridade, da farsa, da trama. Tem um mundo de representações e você finge que está acreditando naquilo. Não gosto disso. Eu vivo isolada da sociedade. Tenho laços feitos pelo trabalho.